

Democratas até a página dois



» MELILLO DINIS DO NASCIMENTO
Advogado e analista político

Pergunte a qualquer pessoa se ela prefere viver numa democracia ou numa ditadura. A resposta, quase sempre, virá depressa. O problema começa depois. O que essa pessoa aceita que seu candidato faça para vencer uma eleição ou continuar no poder? É nesse intervalo entre a resposta e o voto que a democracia pode adoecer. O eleitor defende, em princípio, a liberdade de imprensa, a independência dos juízes e o respeito às regras. Mas, quando a crítica atinge seu líder, a imprensa passa a ser inimiga. Quando a decisão judicial contraria seu partido, o juiz vira suspeito. Quando a regra impede uma vitória, surge a tentação de mudar a regra. Tudo, naturalmente, em nome da democracia. Nas redes sociais, essa mudança de critérios fica à vista de todos.

As ameaças atuais à democracia raramente chegam anunciando o fim das eleições. Preferem disputá-las, vencê-las e usar a vitória como autorização para ocupar instituições, constrianger órgãos de controle e tratar adversários como inimigos da nação. O voto dá legitimidade

para governar. Não dá licença para governar sem limites.

A polarização facilita esse trabalho. Quando a política se transforma numa batalha entre os bons e os maus, qualquer falta cometida pelos “nossos” parece pequena diante do perigo representado pelos “outros”. O cidadão deixa de perguntar se uma conduta é aceitável e passa a perguntar quem a praticou. O princípio continua intacto no discurso. Já sua aplicação depende da cor da camisa. O adversário deixa de ser alguém com quem se disputa o poder e passa a ser uma ameaça que justificaria qualquer meio para derrotá-lo.

Há ainda um truque conhecido: acusar o adversário daquilo que se faz. Quem pressiona instituições afirma estar protegendo-as. Quem espalha desconfiança sobre as eleições diz defender a vontade popular. Quem restringe o debate apresenta-se como vítima de censura. Não é preciso que todos acreditem em cada palavra. Basta que os apoiadores encontrem uma justificativa para continuar apoiando.

Isso ajuda a entender por que conhecer as regras da democracia não é suficiente. Pessoas instruídas também são capazes de desculpar abusos quando eles favorecem seu campo político. Às vezes, são ainda mais hábeis em construir argumentos para uma conclusão à qual já chegaram por lealdade partidária.

Seria cômodo demais, porém, atribuir toda a crise ao comportamento do eleitor. A democracia precisa responder à vida concreta. Quem não

consegue pagar a moradia, depende de serviços públicos precários ou sente que ninguém o escuta pode achar pouco convincente uma defesa das instituições que não se traduza em melhorias para sua vida. Direitos e procedimentos são indispensáveis. Também é indispensável que o poder público funcione. Quando a política oferece apenas uma disputa de identidades, sem respostas para problemas reais, cresce o espaço para quem promete resolver tudo pela força da vontade.

Por isso, não existe uma providência única para a crise. Educação cívica ajuda, assim como imprensa independente, transparência, controle do poder e partidos dispostos a aceitar limites, inclusive quando governam. Emprego, serviços públicos e oportunidades também importam. E nenhum desses esforços dispensa cidadãos que cobrem de seus representantes a mesma conduta que exigem dos adversários. O teste é difícil de praticar: eu aceitaria essa decisão se ela tivesse sido tomada pelo outro lado?

Talvez, o sinal mais preocupante não seja o desaparecimento súbito da democracia. É a possibilidade de nos acostumarmos a uma democracia que vota regularmente, mas tolera, todos os dias, pequenas exceções em favor de quem venceu. Defendê-la exige algo menos confortável do que escolher um lado e chamá-lo de democrático. Exige fazer a pergunta difícil quando o abuso vem do lado que escolhemos. Em tempos de tensão eleitoral, é aí que a convicção democrática deixa de ser uma resposta de pesquisa e começa a valer alguma coisa.

Para falar sobre matemática, é preciso escutar quem ensina



» FERNANDA SEIDEL
Gerente de Avaliação e Prospecção do Itaú Social. Graduada em economia pela FEA-USP e mestre pela Unicamp

Quando se discute a aprendizagem em matemática no Brasil, é natural que a atenção se volte para avaliações, currículos, políticas públicas e metas educacionais. Esses instrumentos são indispensáveis, mas é preciso também considerar a experiência de quem transforma essas diretrizes em prática pedagógica.

A Escuta Nacional dos Professores e Professoras que Ensinam Matemática, recém-lançada pelo Ministério da Educação (MEC), com apoio técnico do Itaú Social e em articulação com outras instituições brasileiras, traz uma contribuição inédita nesse sentido. Com a percepção de mais de 57 mil docentes de diferentes etapas da educação básica, a pesquisa revela que parte importante da solução já está presente nas escolas, na forma de um corpo docente engajado e comprometido. O desafio, portanto, é criar as condições para que esse potencial se converta em aprendizagem para todos.

A escuta mostra que 94% dos professores consideram seu trabalho significativo e com propósito. Em um cenário em que apenas 28% dos alunos de 15 anos alcançaram o nível 2 de proficiência em matemática em 2025, considerado o patamar mínimo de aprendizado (a média dos países da OCDE na disciplina é 65%), segundo o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), esse dado está longe de ser trivial. Ele sugere que o ponto de partida para a transformação é uma base profissional que acredita no poder da educação mesmo diante das exigências cotidianas.

Esse achado reposiciona uma discussão frequentemente marcada pelo deficit. A ideia não é convencer professores da importância da matemática ou da necessidade de melhorar a aprendizagem. Eles já reconhecem essa missão. A questão é garantir que a disposição para ensinar e aprender continuamente encontre suporte suficiente para produzir os resultados desejados.

De acordo com a pesquisa, mais de 74% dos docentes afirmam conseguir ensinar estudantes com dificuldades de aprendizagem, mas apenas cerca de 30% demonstram confiança plena nessa capacidade. O dado aponta para a necessidade de fortalecer a segurança pedagógica dos professores e ampliar as condições para enfrentar os obstáculos da aprendizagem com mais confiança.

A escuta também mostra que os professores já incorporam elementos importantes de uma visão contemporânea de ensino. Quase a totalidade reconhece que a matemática exige pensamento criativo e 95% a enxergam como uma ferramenta para compreender e resolver problemas do mundo real. Entre 80% e 85% afirmam conectar regularmente os conteúdos aos conhecimentos prévios e ao cotidiano dos estudantes. Trata-se de um sinal importante de alinhamento com abordagens que valorizam a construção de sentido e o protagonismo dos estudantes.

Ao mesmo tempo, práticas mais investigativas ainda aparecem com menor frequência. Projetos práticos, resolução recorrente de problemas e pesquisas orientadas seguem menos presentes do que poderiam. Essa distância entre intenção pedagógica e prática cotidiana não deve ser interpretada como resistência à inovação, mas como reflexo das limitações concretas enfrentadas pelas escolas e pelos docentes para transformar convicções pedagógicas em experiências de aprendizagem consistentes.

É nesse ponto que a formação docente ganha centralidade. Nos Anos Iniciais (1º ao 5º ano), 32% dos professores relatam não se sentir plenamente seguros em alguns conceitos matemáticos, enquanto apenas 40% afirmam ter recebido formação nos conteúdos específicos da disciplina. Os resultados sugerem fortalecer a articulação entre domínio de conteúdo, didática e prática de sala de aula.

A formação continuada surge como uma das principais oportunidades de melhoria. Ao longo da carreira, professores precisam de espaços de experimentação, troca de experiências, reflexão sobre a prática e aperfeiçoamento profissional, conectados à realidade das escolas para produzir impacto efetivo na aprendizagem.

Uma agenda propositiva para o ensino de matemática no Brasil passa, portanto, por reconhecer que desenvolvimento profissional é parte essencial da qualidade da educação. Isso significa fortalecer políticas que articulem formação, acompanhamento pedagógico, colaboração entre pares e valorização docente. Significa também compreender que diferentes momentos da carreira demandam diferentes formas de apoio.

A principal notícia dessa escuta é que a base para esse avanço já existe. Professores demonstram propósito, compromisso e disposição para aprimorar continuamente suas práticas. Escutá-los não é apenas um exercício de diagnóstico, mas reconhecer que a educação se fortalece quando aqueles que vivem seus desafios cotidianos também ajudam a iluminar seus caminhos. Entre números, avaliações e metas, a pesquisa nos lembra de que toda aprendizagem nasce de uma relação humana. E é nessa relação, renovada a cada aula, que reside uma das maiores possibilidades de transformação da matemática no Brasil.



Recuperação do braço do Riacho Fundo ou mais problemas para o Lago Paranoá?



» ALBA EVANGELISTA RAMOS
Bióloga, doutora em ecologia, presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes do Rio Paranaíba no Distrito Federal

A recuperação ambiental do braço do Riacho Fundo é necessária. A região recebe contribuições de uma bacia intensamente urbanizada, com elevada produção e deposição de sedimentos e, há décadas, constitui um dos compartimentos mais vulneráveis do Lago Paranoá.

O Edital de Licitação LC 140/2026, da Caesb, prevê a dragagem de aproximadamente 1,5 milhão de metros cúbicos de material, a abertura de canal, estruturas de contenção e a disposição dos sedimentos. O projeto parte da premissa de que a retirada do material aumentará a capacidade hidráulica, melhorará a circulação e favorecerá a diluição do efluente da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) Brasília Sul, contribuindo para a melhoria da qualidade da água. A questão, portanto, não é se alguma intervenção deve ser feita, mas se a solução proposta é, de fato, a mais segura e eficaz.

O problema é que não estão demonstrados, de forma suficientemente clara, os efeitos esperados sobre o funcionamento do Lago. Faltam metas objetivas que permitam saber quanto o tempo de residência da água será reduzido, quanto a dispersão do efluente será ampliada e qual será a resposta do fósforo, do oxigênio dissolvido, da clorofila-a e das cianobactérias após a intervenção.

Esse ponto é preocupante porque a dragagem não é uma operação ambientalmente neutra. O revolvimento do fundo pode aumentar a turbidez, consumir oxigênio e ressuspender nutrientes ou contaminantes. Em determinadas

condições, isso pode favorecer florações de algas e cianobactérias e provocar rápida deterioração da qualidade da água.

O risco merece atenção especial, porque o Lago Paranoá também é manancial de abastecimento público. Uma floração excepcional das algas e cianobactérias, acompanhada de elevada turbidez ou liberação de compostos dissolvidos, poderia exigir reforço do monitoramento, ajustes na operação da ETA (Estação de Tratamento de Água) Lago Norte, maior consumo de insumos ou até redução temporária da produção de água.

A própria história do Lago Paranoá recomenda cautela. Nas décadas de 1970 e 1980, o Lago sofreu forte perda de qualidade em razão do enriquecimento por nutrientes associados aos efluentes tratados, em uma época em que as estações de tratamento ainda não apresentavam a elevada remoção de fósforo e nitrogênio existente atualmente. Essa experiência mostrou que a qualidade da água depende da interação entre nutrientes, tratamento de esgotos, hidrologia e circulação.

Há ainda outro problema fundamental. O edital reconhece que o assoreamento está relacionado à urbanização, à impermeabilização do solo, à drenagem urbana, à erosão e ao transporte de sedimentos pela bacia. Entretanto, a contratação concentra-se na retirada do material que já chegou ao Lago. Faltam metas contratuais equivalentes para reduzir sedimentos a montante, controlar erosões, reter sólidos e acompanhar o reassoreamento.

Isso cria o risco de um investimento superior a R\$ 323 milhões ser progressivamente perdido pela continuidade das causas que produziram o problema. É como retirar a areia de um recipiente sem fechar a torneira que continua trazendo areia.

Outro aspecto merece reflexão. O edital detalha volumes escavados, extensão do canal, estruturas geotécnicas, bota-fora, cronograma

e avanço financeiro, mas não estabelece, com igual precisão, metas ambientais vinculadas ao desempenho da obra. Não ficam claramente definidos os níveis de redução de fósforo e clorofila-a, os limites aceitáveis para cianobactérias, a duração esperada do ganho hidráulico ou a taxa de reassoreamento que indicaria perda precoce do investimento.

Uma intervenção desse porte, realizada em um corpo d'água associado ao abastecimento público, deveria contar com mecanismos claros de prevenção e resposta: gatilhos para reduzir ou suspender a dragagem, monitoramento em tempo real, níveis de alerta para cianobactérias e toxinas e protocolos de comunicação entre a fiscalização da obra, os laboratórios e a operação do sistema de abastecimento.

Também chama atenção a ênfase em experiência de dragagem, geotecnia e batimetria. Essas competências são indispensáveis, mas a recuperação exige igualmente limnologia, ecologia aquática, biogeoquímica, ecotoxicologia, estudos de cianobactérias e modelagem hidrodinâmica e de qualidade da água.

A sociedade precisa de uma resposta para o problema do braço do Riacho Fundo, mas precisa, sobretudo, de uma solução que não crie outros problemas para o Lago Paranoá. Antes de comprometer centenas de milhões de reais, é necessário demonstrar, com base científica e indicadores verificáveis, que a alternativa escolhida produzirá benefícios ambientais duradouros e que os riscos para o Lago e para o abastecimento público estarão adequadamente controlados.

A crítica, portanto, não é contra a recuperação do Riacho Fundo. É a favor de uma recuperação ambiental verdadeira: aquela em que a obra física seja apenas um meio, e não o próprio objetivo. O sucesso deve ser medido pela melhoria efetiva e duradoura da qualidade da água, pela redução das causas do assoreamento e pela proteção do Lago Paranoá como patrimônio ambiental e manancial de abastecimento de Brasília.